

# Corte não satisfaz exigências do FMI

**CÉSAR FONSECA**  
**Da Redação de Economia**

O governo encontrará dificuldades para acertar novo acordo com o Fundo Monetário Internacional nas próximas semanas, porque os cortes nos gastos públicos anunciados ontem não satisfazem às suas exigências.

O FMI sugeriu um corte de Cr\$ 50 trilhões no contexto de um déficit operacional que calculou em Cr\$ 70 trilhões. O Governo anunciou um corte de somente Cr\$ 39,2 trilhões, assim subdivididos: Cr\$ 15 trilhões nas empresas estatais; Cr\$ 4,2 trilhões na Previdência Social; Cr\$ 1,3 trilhão nos subsídios ao açúcar e álcool; Cr\$ 1,7 trilhão em cortes de pessoal na administração direta; e Cr\$ 17 trilhões de aumento da carga tributária. Total: Cr\$ 39,2 trilhões.

A diferença a ser coberta é de Cr\$ 26,8 trilhões, levando-se em consideração, conforme ressal-

tou o titular da Sest, Henri Reichstul, que o déficit operacional calculado pelo governo alcançou Cr\$ 66 trilhões, em vez de Cr\$ 70 trilhões calculados pelo Fundo.

Para cobrir a diferença de Cr\$ 26,8 trilhões, o Governo conjugará três medidas: aumento dos preços das tarifas públicas — recomposição de tarifas —, emissão de moeda e emissão de títulos. Não existe ainda consenso quanto à quantificação de cada uma dessas medidas. As discussões se prolongarão nas próximas semanas. A Secretaria de Planejamento defende a recomposição das tarifas, mas o Ministério da Fazenda discorda por entender que a medida provocará inflação.

## **DISCORDÂNCIA**

Não agradou ao ministro Dornelles o anúncio de um corte de Cr\$ 15 trilhões nos gastos das empresas estatais. Ele defendeu um corte de no mínimo Cr\$ 25 trilhões. O ministro do Plane-

jamento, João Sayad, inicialmente defendeu um corte de somente Cr\$ 12 trilhões e aceitou, posteriormente, um corte adicional de Cr\$ 3 trilhões, completando Cr\$ 15 trilhões.

O argumento de Sayad: o setor estatal não suportaria um corte maior. Aliás, na exposição de motivos que explica didaticamente os cortes não existe nenhuma afirmação de que eles serão irreversíveis. Destaca-se que os projetos são "passíveis" de reavaliação. O ministro Dornelles, segundo um dos seus assessores, entende que havia possibilidade de cortes adicionais de Cr\$ 9 trilhões sobre o número apresentado por Sayad.

## **METODOLOGIA**

Outra discordância não solucionada. O ministro da Fazenda calculou o déficit público em Cr\$ 109 trilhões. Mas o ministro do Planejamento calculou-o em Cr\$ 66 trilhões. Sayad, durante entrevista no Palácio do Planalto, destacou que seguiu os critérios do Fundo Monetário Internacional. Dornelles nada disse, mas um dos seus assessores destacou que quem está obedecendo aos critérios do Fundo é Dornelles e não Sayad, pois dos Cr\$ 66 trilhões estão excluídos os financiamentos efetuados pelo Banco do Brasil e Banco Central, englobados na denominação de "financiamentos globais do setor público".

Quem está certo? Ficou a confusão, pois o FMI encontrou um déficit de Cr\$ 70 trilhões, que não é nem os Cr\$ 66 trilhões de Sayad nem os Cr\$ 109 trilhões de Dornelles, que considera os números que calculou como o efetivo déficit de caixa, a diferença entre a receita e a despesa. Mas, se é a diferença entre ambos, porque estaria englobado nos Cr\$ 109 trilhões as necessidades de financiamento do setor público efetuados pelo Banco do Brasil e Banco Central. Os técnicos do FMI chegam no próximo dia 15 e essas discussões deverão ser aprofundadas.